

Comissão do DF atrasa a votação de projetos

A Comissão do DF no Senado, que funciona como Câmara Legislativa, deverá votar, a partir de fevereiro apenas três dos 85 projetos a ela encaminhados, no decorrer do ano passado, segundo a Assessoria para Assuntos Parlamentares do GDF. Desse projetos, 21 são de autoria de deputados e senadores, sendo o restante do próprio governo.

Para os cerca de 80 mil servidores da máquina administrativa, foram enviados 45 projetos à Comissão. Destacam-se os Planos de Carreiras, tais como o de Administração Pública, Fiscalização e Inspeção, Auditoria Tributária, Apoio às Atividades Jurídicas, Orçamento, Finanças e Controle, Atividades Rodoviárias e de Trânsito e a do Magistério.

Na área de Finanças, passou a vigorar como indexador de tributos o BTN (Bônus do Tesouro Nacional). A aplicação do ISS (Imposto Sobre Serviços) sobre jogos, diversões e leasing, a ratificação e manutenção do Fundefe (Fundo de Desenvolvimento do DF) e a isenção dos clubes sociais do pagamento do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) são exemplos da criação de novas leis.

Normas para atualização monetária do débito com a Fazenda Pública e impostos sobre "inter-vivos", vendas de combustíveis, operações relativas à circulação de mercadorias, além do adicional do Imposto de Renda, a vigorar este ano, foram instituídas, de acordo com a Assessoria para Assuntos Parlamentares.

MINI-REFORMA

Com a sanção da mini-reforma administrativa, ocorreram mudanças na estrutura do GDF, visando o remanejamento, a criação, extinção e modificação de nomes de órgãos. Segundo o projeto, seis conselhos, duas comissões e a Proflora ficam extintos. A Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia perde o caráter extraordinário,

as secretarias de serviços Públicos, Serviços Sociais e de Viação e Obras passam a se chamar Secretarias de Transportes, Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Urbano.

Projeto que dispõe sobre a regularização ou desconstituição dos loteamentos urbanos localizados em áreas rurais recebeu sanção do governador Joaquim Roriz. Apesar do destaque dado à matéria pela imprensa e milhares de condôminos, o GDF ainda não definiu critérios para a saída da clandestinidade desses parcelamentos, conforme a Procuradoria Geral.

Pioneira no País, foi aprovada a Lei Ambiental do DF pela Comissão do DF e plenário do Senado, recebendo sanção do governador. Brasília ganhou um vice-governador, Wanderley Vallim, antes secretário de Desenvolvimento Urbano. Os bens de valor cultural da cidade foram tombados e estabelecidos os feriados. Houve, ainda, a aprovação da contagem em dobro do tempo de serviço prestado entre 1960 e 1962, destinada aos servidores mais antigos da esfera local, medida conhecida como "dobradinha". E no próximo ano letivo, começará a funcionar o Batalhão Escolar, contando com mil e 500 policiais militares, que atuarão nas escolas públicas e privadas.

CRÉDITOS

Durante o ano passado, o Senado Federal liberou a abertura de créditos adicionais pelo GDF da ordem de NCz\$ 1,8 bilhão. Autorizou a contratação de operação de crédito de 200 milhões de dólares. Os recursos se destinarão ao sistema de abastecimento de água e esgoto de Brasília. Técnicos da Coordenação de Orçamento do governo diante da diminuição de créditos suplementares este ano e apostam na correção da proposta orçamentária, segundo a inflação do mês.

Augusto Carvalho, deputado pelo PCB/DF, apresentou sete

projetos à Comissão, dos quais dois foram transformados em lei. Um deles dispõe sobre normas de proteção ao meio ambiente e o outro trata da utilização de águas subterrâneas no DF. encontram-se em tramitação no Senado os projetos que se referem à participação popular no processo legislativo, à mudança do nome do Parque do Guará para Parque Chico Mendes, à alienação de imóveis funcionais e à utilização de cursos de água no DF. Augusto Carvalho teve rejeitado o que determina a eleição de um diretor-representante dos funcionários em cada empresa do GDF.

O senador Pompeu de Sousa (PSDB/DF) formulou projetos tratando da regulamentação do princípio de gestão democrática para o DF, das diretrizes para o Plano Diretor, eleições diretas para administradores regionais e da mudança do Parque Rogério Pithon para parque da Cidade.

A Assessoria para Assuntos Parlamentares lembra a homenagem prestada pelo senador Maurício Corrêa (PDT/DF) ao falecido maestro Cláudio Santoro, cujo nome substituiu o do Teatro Nacional. São também de sua iniciativa os projetos dispendo sobre a implantação da semana inglesa e a limitação da execução orçamentária este ano.

Francisco Carneiro, deputado do PMDB/DF, apresentou projetos criando escolas técnicas nas cidades-satélites de Taguatinga e do Gama, e elaborou um outro, de número 76, estabelecendo reservas de projeções na cidade. O deputado Valmir Campelo (PFL) tem projeto criando a Fundação Universidade Regional do DF e Geraldo Campos (PSDB) sugeriu a proibição de construções nas praças dos Três Poderes, Buriti e Esplanada dos Ministérios. As deputadas Márcia Kubitscheck e Maria de Lourdes Abadia, do PRN e PSDB, respectivamente, apresentaram anteprojetos, sem receberem destaques.